

Créditos comerciais garantidos "dão folga" até 85, diz o BC

por Célia de Gouvêa Franco
de Brasília

O comitê de assessoramento dos bancos internacionais já teria concordado com o pedido brasileiro de um comprometimento formal na concessão das linhas de crédito comerciais no valor de US\$ 10 bilhões. Com isso, haveria um folga na negociação desses empréstimos até o início de 1985, segundo informou ontem o diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, pouco antes de participar de um encontro com os membros do subcomitê de comércio exterior do comitê de assessoramento.

Outra boa notícia na área externa foi dada por um dos membros desse subcomitê: Christopher Broughon, representante do Lloyds Bank, fez questão de informar que nenhum banco britânico se manifestou, até agora, contrário a participar dos empréstimos em negociação para o Brasil. Tanto a imprensa brasileira quanto a britânica estariam fazendo confusão entre a posição

dos bancos privados e a do governo britânico — esse sim, reticente em conceder créditos comerciais como o Brasil está solicitando aos países desenvolvidos. Nenhum banco britânico, garantiu Broughon, se pronunciou fora da renegociação da dívida brasileira — algum deles, eventualmente, poderão até decidir não participar, mas até agora isso não ocorreu. E mais: o representante do Lloyds classificou de "muito positivo" o encontro dos bancos privados com o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, na semana passada, em Londres.

Esses avanços no processo de renegociação não alteram, contudo, o ponto essencial de embaraço, e, enquanto não houver uma definição sobre a política salarial, permanece o impasse. "Tudo está dependendo do fechamento do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que, por sua vez, depende da política salarial que se integra no programa econômico", explicou Serrano, lembrando que a data-limite é mesmo o

dia 18 de novembro, para quando está marcada a reunião do board do FMI.

Essa questão é tão grave nas negociações externas que, de acordo com outra fonte do Banco Central, os dois economistas enviados pelo comitê de assessoramento esta semana ao Brasil — Douglas Smee, do Bank of Montreal, e Bryce Fergusson, do Citibank — vão permanecer em Brasília até a aprovação ou rejeição final das alterações na política salarial. Os dois, membros do subcomitê de economia, estão instalados no Departamento Econômico do BC, avaliando em termos estatísticos o impacto de todas as recentes medidas na área salarial e tributária sobre as metas acertadas com o FMI e, portanto, também com os bancos. As principais preocupações são os efeitos em relação ao déficit público e à inflação, além da política monetária.

Serrano desmentiu ainda que o Eximbank possa transformar parte da linha de crédito comercial a ser concedida ao Brasil em em-

préstimo de emergência para ajudar os problemas de caixa do PDS. Essa hipótese nem poderia ser negociada, pois créditos de importação são garantias de créditos e não dinheiro, lembrou Serrano, que também negou qualquer negociação para a obtenção de empréstimos-ponte junto a outras fontes. O diretor do Banco Central explicou ainda que as linhas de crédito comerciais em negociação junto aos bancos privados serão comprometidas por 360 dias — durante esse prazo, o Brasil poderá utilizar-se dos recursos, cujo prazo para pagamento passaria a 540 dias.

Os membros do subcomitê de comércio estiveram quase todo o dia de ontem no Banco Central, tendo-se reunido pela manhã com os técnicos do Departamento de Operações Internacionais. Eles se recusaram a prestar quaisquer informações, e o coordenador do grupo, Tom Haynes, do Chase Manhattan Bank, disse apenas que viajariam ontem à noite para o Rio.